



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150756 - MG (2021/0230819-4)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : WELINSTON BARCELAR CASTRO (PRESO)  
**ADVOGADOS** : JOSE PEDRO REIS BARONI - MG188801  
YGOR FILIPE DE ANDRADE GUEDES - MG196564  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por WELINSTON BARCELAR CASTRO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.102329-6/000).

O recorrente cumpre às penas que lhe foram impostas pela prática dos crimes previstos no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (por duas vezes) e no art. 14 da Lei n. 10.826/2003.

Afirma que sofre constrangimento ilegal, pois teve decretada a regressão cautelar do regime semiaberto para o fechado, sem que lhe fosse dada a oportunidade de apresentar defesa prévia e sem indícios de que cometeu nova infração ou falta grave no curso da execução.

Requer, liminarmente, seja determinado o cancelamento do mandado de prisão expedido em seu desfavor, preservando-o no regime semiaberto. No mérito, pugna pela cassação da decisão que impôs a versada regressão, com a subsequente confirmação da providência liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado, que está assim ementado (e-STJ fl. 111):

*HABEAS CORPUS – MATÉRIA AFETA À EXECUÇÃO PENAL – REGRESSÃO CAUTELAR DE REGIME - MATÉRIA OBJETO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DA ORDEM – PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS.*

*É inviável a análise do pedido, na via estreita do writ, quando a defesa técnica já interpôs o recurso de agravo em execução, sob pena de violação ao princípio da unirrecorribilidade das decisões judiciais.*

Logo, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confirma-se precedente sobre a questão:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO*

RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.  
ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, 'a', do RISTJ, não conheço do presente do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Certifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se e intime-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência